

A FAMÍLIA E O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

Karla Cibele de Souza¹
Celma Regina Borghi Rodriguero²

Resumo: O presente artigo traz como tema a família e o desenvolvimento escolar do aluno com transtorno do espectro autista (TEA). Como objetivo geral, busca-se refletir sobre o papel da família na escolarização da criança com o referido transtorno. Como objetivos específicos: caracterizar o transtorno do espectro autista; discutir o papel da família no desenvolvimento escolar e refletir sobre práticas pedagógicas inclusivas para o aluno com TEA. Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica, realizada a partir de produções de estudiosos e políticas públicas voltadas ao tema. O estudo justifica-se pelo fato de entendermos que discutir a temática da inclusão deve ser parte integrante de nossa formação profissional do pedagogo, uma vez que, conforme preconizado pelas políticas públicas a inclusão deve efetivar-se nas escolas. Como resultado, evidencia-se que a escola e a família precisam ser parceiras e aliadas, para juntas atuarem no sentido de promover a aprendizagem e o desenvolvimento escolar da criança com TEA, cada uma executando o seu papel. Compreende-se que quando a família é orientada de maneira adequada sobre os encaminhamentos, quando conhece os direitos, a criança terá maiores possibilidades de desenvolvimento, aprendizagem e vida em sociedade.

Palavra-chave: Transtorno do Espectro Autista. Família. Aprendizagem. Práticas pedagógicas.

Abstract: This article discusses the family and school development of students with autism spectrum disorder (ASD) and, as a general objective, we seek to reflect on the role of the family in the schooling of children with this disorder. As specific objectives, we defined: characterize autism spectrum disorder; discuss the role of the family in school development and reflect on inclusive pedagogical practices for students with ASD. This is a theoretical-bibliographical research, conducted from the productions of scholars and public policies focused on the theme. The study is justified by the fact that we understand that discussing the issue of inclusion should be an integral part of our professional education, since, as recommended by public policies, inclusion must be effective in schools. As a result, we were able to show that the school and family need to be partners and allies to work together to promote the learning and school development of children with ASD, each performing its role. We understand that when the family is properly oriented about referrals, when they know the rights, the child will have greater possibilities for development, learning and life in society..

Keywords: Autistic Spectrum Disorder. Family. Learning. pedagogical practices

¹Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

²Professora Doutora do Departamento de Teoria e Prática da Educação. Orientadora do TCC.

INTRODUÇÃO

Conforme obras consultadas para o estudo proposto, entendemos que o autismo é caracterizado como uma inadequação no desenvolvimento, perceptível durante toda a vida, ou mais especificamente, como destaca Melo (2007), trata-se de um transtorno que faz com que a pessoa tenha dificuldades principalmente na socialização, na capacidade de comunicação e imaginação (MELLO, 2007).

Conviver com uma pessoa com autismo não parece tarefa fácil. Partimos do entendimento de que é necessário, além do conhecimento sobre o quadro, paciência e determinação. É preciso que a escola esteja preparada para receber este aluno, o que exige reorganização do processo de ensino e da estrutura da instituição e que haja ainda, o reconhecimento de que a família precisa estar envolvida no processo.

Diante do exposto, este trabalho traz como tema a família e o desenvolvimento escolar do aluno com transtorno do espectro autista. Como problema de pesquisa busca-se entender se a família de uma criança que apresenta TEA participa de seu processo de escolarização? De que forma isso ocorre?

Como objetivo geral, buscamos refletir sobre o papel da família na escolarização da criança com transtorno do espectro autista e, como objetivos específicos, tencionamos: caracterizar o transtorno do espectro autista, discutir o papel da família no desenvolvimento escolar; e, refletir sobre práticas pedagógicas inclusivas para o aluno com TEA.

A escolha da temática justifica-se pelo interesse em acrescentar conhecimentos a respeito da mesma, à formação profissional, por ser um conteúdo pouco trabalhado na grade do curso de Pedagogia. Justifica-se ainda pela possibilidade/oportunidade de trazer contribuições para nossa formação ao mesmo tempo em que pode oferecer subsídios para discussões sobre o assunto. Além disso, pode constituir-se ou ao menos colaborar como incentivo aos pais, no sentido de participarem do desenvolvimento escolar do aluno, por entendermos ser importante sua participação.

Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfico, por meio da qual, buscamos compreender as contribuições da família no processo de desenvolvimento escolar do aluno com TEA, realizada a partir de materiais produzidos por estudiosos do tema. E, visando atender à proposta de pesquisa, inicialmente retomaremos a definição e características do TEA, na sequência discutiremos o papel da família no desenvolvimento escolar do aluno com TEA e, finalizaremos refletindo sobre possíveis práticas pedagógicas inclusivas para o aluno com o transtorno do espectro autista e nossas considerações finais.

1. FALANDO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O TEA é uma temática cujo entendimento ainda se encontra em processo de construção, pois há muitas questões para as quais não foram encontradas respostas, e mesmo com diferentes pesquisas realizadas e/ou em andamento, não existe consenso quanto a causas específicas e justificativa para o transtorno. Além disso, de acordo com Riesco (2013) este transtorno pode ter uma gama de características diferentes de uma pessoa para a outra. Mello (2007, p.17), por sua vez, afirma:

As causas do autismo são desconhecidas. Acredita-se que a origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto.

As reflexões sobre o tema na atualidade são permeadas por concepções de senso comum paralelamente à problemáticas propostas e, suposições de soluções. E, de acordo com Gómes e Terán (2014) durante o desenvolvimento e a construção da história do autismo, deparou-se com diferentes etiologias, definições, causas e tratamentos.

Conforme destaca Fonseca (2014) o autismo consiste em um transtorno global de desenvolvimento (TGD), caracterizado por uma inadequação no desenvolvimento, presente desde a infância e perceptível durante toda sua vida. Suas consequências incluem: dificuldades no comportamento; alteração no contato

com a realidade; na socialização; e, na imaginação, causando dificuldades na interação social.

O indivíduo com autismo, desde pequeno, tem dificuldade de se aproximar de outras pessoas, geralmente se aproxima apenas de seus familiares e/ou alguém próximo. Quando adulto essa característica não se modifica, uma vez que, continua evitando apegos emocionais e envolvimento com alguém.

Biasão (2014, p.115), por sua vez, assevera que o autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner, que utilizou este termo após estudos feitos com onze crianças que apresentavam os mesmos sintomas. Em 1944, Hans Asperger apresentou um estudo em que o resultado incluía dificuldades de interação social e utilizou o termo autismo.

Atualmente há o entendimento de que o autismo não é uma doença e sim um espectro, ou seja, um conjunto de condutas e está inserido como um tipo de transtorno no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS-V), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), onde é definido como uma desordem do neurodesenvolvimento (KAJIHARA, 2014).

Após diversas mudanças na compreensão e definições, o autismo passa a ser descrito como espectro, sendo que anteriormente aparecia no DMS-IV no grupo de Transtorno Globais do Desenvolvimento (TGD) que englobando outros transtornos, como vimos em Fonseca (2014). No DSM-V, vem descrito da seguinte forma:

O transtorno do espectro autista [...] engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação [...]. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades (APA, 2014, p. 852).

A mudança na classificação de TGD para TEA tem sido atribuída à diferença das características, dos sintomas e do grau de manifestação do autismo. De acordo com Mello (2007) o TGD implica um distúrbio nas interações sociais, como dificuldade em socialização, na comunicação verbal e não verbal, imaginação, socialização, estereotipia e ecolalia. Em uma publicação do Instituto Federal da Paraíba/PB do ano de 2017, encontramos a seguinte explicação sobre o TEA:

Os Transtornos do Espectro Autista (TEA) decorrem de perturbações do desenvolvimento neurológico, manifestadas geralmente a partir dos 3 anos de idade, período em que os neurônios responsáveis pela comunicação e pelas relações sociais não estabelecem as conexões tipicamente estabelecidas. É denominado ESPECTRO por haver uma gama de condições que englobam desde níveis mais leves até níveis mais profundos de comprometimento nestas conexões resultando em diversos tipos de autismos, que podem diferir bastante de pessoa para pessoa (IFP, 2017).

Conforme a literatura consultada, não existe cura para o TEA, mas um tratamento que auxiliará a lidar com as condutas apresentadas, por isso é ideal o diagnóstico precoce. Para Campbell

A grande maioria dos estudiosos ainda afirma que o autismo não tem cura, mas o diagnóstico precoce a pronta intervenção, sem dúvida, promovem uma melhor qualidade de vida para esses pacientes e toda sua família. Antidepressivos e remédios contra a hiperatividade ajudam com sucesso a controlar determinados sintomas, mas a melhor forma de tratar o autista é tentar integrá-lo ao mundo e, para que isso aconteça, ele deve ter à sua disposição, desde cedo, uma equipe multidisciplinar formada por neurologista, psiquiatra, psicólogo e fonoaudiólogo, entre outros (CAMPBELL, 2009, P.120).

Franzin (2014) assevera que o diagnóstico oficial preconizado pelo DSM-V, é realizado por meio de uma análise de questionários, envolvendo a família e o paciente. Geralmente o diagnóstico acontece com o auxílio do relato dos pais, professores e escola, que pode encaminhar o aluno para a psiquiatra e neurologista, instâncias responsáveis por fechar o diagnóstico.

Estudos apontam que cerca de 1% da população tem autismo e isso ocorre quatro vezes mais em indivíduos do sexo masculino, conforme destaca Kajihara (2014), porém a causa do autismo é complexa e depende de diversos fatores e, mesmo com todos os estudos e avanços, ainda não se tem respostas para a causa do autismo (FRANZIM, 2014, p.68).

Outra ponto a ser destacado é que embora o autismo não tenha cura, existe tratamento que tem a função de: estimular o desenvolvimento social e comunicativo; diminuir o estereotipismo - comportamentos repetitivos, auxiliando na capacidade de aprendizagem. O tratamento é realizado por equipe multidisciplinar composta por fonoaudióloga, psicóloga, terapia ocupacional, psiquiatria e neurologia

O foco do tratamento deve ser o de estimular o desenvolvimento social e comunicativo, aprimorar o aprendizado e capacidade de

solucionar problemas, diminuir comportamentos que interferem negativamente com o aprendizado e cotidiano e ajudar a família a lidar com o autismo (BIASÃO, 2014, p.121).

Posto isso, diante das dificuldades encontradas, das particularidades, essas crianças precisam e necessitam de estratégias de ensino diferenciadas e especializadas. Conforme Schmidt (2013) gerar a inclusão é fazer com que haja mudança de postura e de olhar em relação à deficiência, o que provoca quebra de paradigmas educacionais e reformulações nos sistemas de ensino.

Após a caracterização do TEA e reflexão sobre possíveis dificuldades que uma pessoa com o quadro encontra no seu desenvolvimento, reforça-se sobre possíveis contribuições da família neste processo. Embora reconheçamos que parte das famílias pode não saber como lidar com tal situação, partimos do ponto de que seu apoio é necessário.

2. A FAMÍLIA E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

A interação com o mundo social acontece primeiramente com a família, por meio dela se iniciam as primeiras relações sociais, que influenciarão a vida e formação da criança. Neste sentido, é importante que os pais ao perceberem os sintomas do autismo procurem profissionais que possam dar adequados encaminhamentos, pois conforme destacam Gomes e Teran (2014) diagnosticar o autismo é difícil, por isso somente um profissional da área da saúde pode realizar uma avaliação correta. E, um encaminhamento precoce pode ajudar no desenvolvimento da criança.

Por ser de difícil diagnóstico, o quadro se torna um enigma para a pessoa que apresenta o TEA e todos que convivem com o mesmo. A família precisa estar amparada por pessoas e profissionais capacitados para lidar com situações específicas do transtorno. Precisa conhecer as leis que amparam o aluno com TEA, para garantir esses direitos.

No ano de 1990 em Jomtien, na Conferência Mundial de Educação, foi proclamado o princípio básico de que todos têm direito à educação (UNESCO, 1990). A declaração oriunda desta conferência renovou a proposta da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948). A Conferência Mundial sobre

Necessidades Educativas Especiais: o acesso e qualidade, realizada em Salamanca na Espanha, em 1994, por sua vez, preconiza o direito da criança com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), de estar matriculada no ensino regular quando determina que

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994, p.1).

Portanto é direito que todos os alunos tenham acesso à educação, incluindo aqueles com NEE, que têm o direito de estudar em escola de ensino regular e percorrer em todos os níveis, e todas as modalidades de ensino. Vale destacar que a Lei 12.764 (BRASIL, 2012) que traz pontos relevantes para a população que apresenta o TEA, tais como:

- [...] Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:
- Art. 3º trata dos direitos conferidos à pessoa com transtorno do espectro autista, quais sejam:
- a) vida digna, integridade física e moral, livre desenvolvimento da personalidade, segurança e lazer;
 - b) proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
 - c) acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada e a terapia nutricional, os medicamentos e as informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
 - d) acesso à educação e ao ensino profissionalizante;
 - e) acesso à moradia, inclusive à residência protegida;
 - f) acesso ao mercado de trabalho;
 - d) acesso à previdência social e à assistência social.
- Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de

ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência. Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 5º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o Art. 14 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos[...] (BRASIL, 2012).

O percentual de pessoas que nasce com o transtorno é relevante mas, mesmo com a elevação deste, muitos ainda desconhecem o TEA, o que acaba gerando preconceito e mitos a respeito do quadro. De acordo com Mello (2007) lidar com uma criança com TEA não é uma tarefa fácil, ao contrário, exige um esforço constante que além de conhecimento sobre as condutas, envolve calma, paciência e persistência, já que as mudanças de comportamento ocorrem de um momento para o outro. Ao descobrir que seu filho ou um membro da família tem autismo, é importante que todos estejam juntos, pois necessariamente passarão por conflitos.

Conforme destacado por Mello (2007) a pessoa com autismo tem dificuldades em compreender e cumprir regras simples, respeitar o espaço do outro, deste modo, a interação com outras pessoas fica dificultada. Para facilitar a concepção de regras, regulamentos, é importante ensinar desde pequeno, incentivando o cumprimento dos mesmos.

[...] gostam de momentos de solidão, brincam em seus quartos, criam seus próprios "universos". No entanto, esse comportamento não traz nenhum prejuízo, desde que em outros momentos elas procurem por amigos, divirtam-se com a família e compartilhem, de maneira saudável, brincadeiras e experiências. Mesmo as crianças um pouco mais tímidas, por exemplo, conseguem se expressar quando desejam algo, seguem orientações e respondem quando solicitadas. Por outro lado, as mais agitadas também conseguem manter o foco de atenção quando necessário. Já as crianças com autismo mantêm o mesmo padrão disfuncional o tempo todo; ou seja, permanecem isoladas, preferem brincar sozinhas, não olham quando são chamadas (SILVA, GAIATO E REVELES, 2012, p.61).

Após o diagnóstico de autismo na criança, é importante que a família tente agir da forma mais passível possível, pois o alto descontrole e a falta de compreensão pode prejudicar o desenvolvimento. Mello (2007) ressalta que se deve haver uma reorganização da dinâmica familiar, com a participação de todos, pois assim, juntos, contribuirão para a ampliação do conhecimento da criança.

[...] tente encontrar ajuda para cuidar do seu filho, mas lembre-se que é muito importante que você entenda com profundidade as propostas da opção terapêutica e educacional que você escolheu e que você acompanhe muito de perto a evolução de seu filho [...](MELLO, 2007, p.33).

Silva & Dessen (2001) destacam que para lidar com essa situação, a família precisa procurar ajuda, pois a criança com autismo tem o direito de receber atendimento de profissionais que poderão auxiliar a família no cuidado com a criança. Para os autores, as interações e relações entre os membros do grupo familiar mostram que o desenvolvimento do indivíduo não pode ser isolado do desenvolvimento da família.

Ainda conforme esses autores os componentes da família são as primeiras pessoas a perceber um comportamento diferente da criança e são eles os responsáveis por buscarem ajuda. Para Silva & Dessen (2001) o primeiro contato com o mundo social acontece junto à família, assim, eles contribuem com o primeiro universo de socialização, e por meio desse primeiro contato, eles ofertam um ambiente de desenvolvimento. Nesse sentido, a participação da família é essencial no processo de escolarização, pois é em casa que a criança tem o primeiro contato com o meio social. De certa forma a família acompanha todo o processo de desenvolvimento do aluno e para melhorar este desenvolvimento é necessário que haja uma parceria entre a família do aluno e a escola.

Para a criança com TEA, as primeiras regras são difíceis de entender e cumprir, mas mesmo não sendo uma tarefa fácil cabe principalmente à família ensinar as regras que precisamos para conviver em comunidade. De acordo com Mello (2007) é importante tentar desde cedo colocar claramente limites tanto para preservar o espaço da criança quanto dos demais membros da família.

Portanto, quando a família se torna participativa no processo de escolarização do aluno, seu desenvolvimento terá mais eficácia, no entanto, faz-se necessário destacar que aluno com TEA, necessita de atendimento educacional especializado,

precisa do apoio tanto da escola, quando da família e ambos devem trilhar juntos, esse caminho.

Embora seja difícil a convivência familiar com uma criança com TEA, por conta de diversos fatores, deve-se considerar que essa criança apresenta as mesmas necessidades que outras. Mello (2007) explica que os pais acabam se dedicando para facilitar a vida dos seus filhos e por vezes, sem perceber, excluem seus filhos da vida social e da interação com os demais, privando-o do contato com outras pessoas.

De acordo com Coltro (2000, p. 26), “a família é, por assim dizer, a história, e a história da família se confunde com a história da própria humanidade”. Por outro lado, a família precisa tomar cuidado para não prejudicar seus filhos por conta do cuidado e preocupação excessivos. Excluí-los da sociedade não é uma alternativa adequada de acordo com Tanaka (2010), é preciso que família e escola, estejam cientes que as crianças diferentes são pessoas que tem desejos e necessidades, ou seja,

[...] gostam de momentos de solidão, brincam em seus quartos, criam seus próprios "universos". No entanto, esse comportamento não traz nenhum prejuízo, desde que em outros momentos elas procurem por amigos, divirtam-se com a família e compartilhem, de maneira saudável, brincadeiras e experiências. Mesmo as crianças um pouco mais tímidas, por exemplo, conseguem se expressar quando desejam algo, seguem orientações e respondem quando solicitadas. Por outro lado, as mais agitadas também conseguem manter o foco de atenção quando necessário. Já as crianças com autismo mantêm o mesmo padrão disfuncional o tempo todo; ou seja, permanecem isoladas, preferem brincar sozinhas, não olham quando são chamadas (SILVA, GAIATO E REVELES, 2012, p.61).

A falta de informação sobre aspectos relevantes do TEA é algo preocupante e embora seja comum ouvir falar sobre o TEA, o despreparo de toda a população é gritante, observamos no dia a dia que a sociedade de modo geral não está preparada para lidar com a inclusão desse público. Por conta disto, entendemos ser necessário que as famílias recebam orientação e todo o auxílio possível.

É importante que a família esteja ciente de seu papel no processo de escolarização, pois como destacam Lopes; Marquezan (2000), a conscientização da família, no sentido de que ela faz parte de um contexto social, que exerce influências

sobre o indivíduo, preparando-o para o mundo escolar é essencial. Sua participação traz grandes benefícios e influências na vida do aluno.

Partindo do exposto e da necessidade de uma maior compreensão sobre as contribuições da família no processo de escolarização do aluno com transtorno espectro autista, na sequência discorreremos sobre estratégias possíveis nas atividades inclusivas, entendendo que não basta colocar o aluno dentro da escola, precisa realmente preparar a escola para a recepção desta criança.

3. REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA O ALUNO COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O processo de ensino precisa contar com leis que preconizam a qualidade de ensino para todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação - público alvo da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). No ano de 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 10 anos e que estabelece melhorias para a educação, com a garantia de um sistema educacional inclusivo. A meta quatro do documento preconiza

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, e que seja preferencialmente na rede regular de ensino, tendo a garantia de que terá salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Porém para que esta universalização ocorra, é preciso que haja professores preparados, planejamento político educacional, estruturas que sejam adequadas e uma parceria entre a família do aluno e a escola. Com um sistema inclusivo as intervenções educacionais são fundamentais para que uma criança com TEA possa alcançar o mais elevado grau de desenvolvimento e autonomia (NUNES; AZEVEDO; SCHMIDT, 2014).

É fato, que a inclusão vem sendo discutida há algum tempo, e que já ocorreram algumas conquistas mas até hoje consiste num tema polêmico e que requer muito empenho no sentido de quebrar esses paradigmas. Por ser um

processo, o movimento da inclusão é vagaroso visto que pessoas e escolas precisam comprometer-se, organizarem-se e capacitar-se para lidar com essas situações. Há questões a serem esclarecidas visando atingir os objetivos da inclusão.

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade, buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, apud SASSAKI, 2002, p.3).

Para Cunha (2013, p. 38)

O ensino especial é inclusivo quando se ocupa da autonomia do aluno e o capacita para o ensino regular, para a vida familiar e para a vida social. Dessa forma, o ensino cumpre seu papel quando atende à diversidade discente com equidade, sem preconceitos, observando as especificidades de cada indivíduo, buscando sua formação integral.

Atualmente as instituições de ensino devem se organizar visando um atendimento que possibilite a todos os alunos conviver no ambiente escolar, pois o ambiente escolar, assim como o convívio com as outras crianças os prepara para viver em sociedade. Neste sentido, a inclusão vai além de inserir a criança na escola, exige uma reorganização do ambiente escolar e capacitação do professor.

Dentro da abordagem tradicional, o indivíduo com deficiência não está preparado para uma aprendizagem normal, é necessário a utilização de métodos especiais, diferentes dos usados no ensino comum, para o desenvolvimento de processos e funções básicas para a aprendizagem (CRUZ, 2002, p. 46).

No contexto da educação inclusiva, as instituições de ensino precisam estar preparadas para o atendimento do aluno com TEA. De acordo com Mello (2007, p. 80), a escola deve ensinar aos alunos conteúdos das matérias e conteúdos referentes à convivência, à experiências, como brincar, dividir, comer, viver em sociedade, vestir-se.

O aluno com NEE necessita de atividades diferenciadas, preparadas especialmente para ele. Para que haja uma educação inclusiva é necessário que se

ensine aos alunos, a aptidão de reconhecer e entender, a valorização da diversidade humana e conviver em sociedade respeitando as diferenças.

Para que uma educação seja inclusiva, é necessário que esteja imbuída de práticas pedagógicas distintas das usadas tradicionalmente, práticas que se regulem pela diversidade entre os alunos e que no âmbito escolar, se considerem as diferentes formas de aprender, analisando e respeitando as particularidades de cada um. Nessa perspectiva, Rodrigues (2002 apud RODRIGUES, 2003, p. 99) ressalta que:

A educação inclusiva é, pois, uma ruptura com os valores da escola tradicional. [...] Rompe com o conceito de um desenvolvimento curricular único, com o conceito de um aluno padrão estandardizado, com o conceito de aprendizagem como transmissão, de escola como estrutura de reprodução.

Portanto, as escolas devem desenvolver ações educacionais eficientes que tenham como finalidade permitir um ensino que esteja de acordo com a peculiaridade de cada educando. Conforme Schmidt (2013) promover a inclusão significa, sobretudo, mudança de postura e de olhar acerca da deficiência, o que implica na quebra de paradigmas educacionais e reformulações do sistema de ensino.

Neste contexto, destacam-se alguns métodos de ensino que auxiliam no desenvolvimento dos alunos com TEA, dentre os quais o método TEACCH (Tratamento e educação para crianças com autismo e com distúrbios correlatos da comunicação). De acordo com Mello (2007), esse método foi criado nos anos de 1960, por um departamento de psiquiatria nos Estados Unidos, idealizado e desenvolvido pelo Dr. Eric Schoppler e atualmente é utilizado em vários lugares do mundo.

Trata-se de um programa que combina diferentes materiais concretos e visuais, que auxilia as crianças a estruturarem o seu ambiente e a sua rotina. O TEACCH é um modelo de intervenção que, através de uma "estrutura externa", organização de espaço, materiais e atividades, permite que as crianças do espectro autista criem mentalmente "estruturas internas", transformando-as em "estratégias", para que possam crescer e se desenvolver de forma que consigam o máximo de autonomia na idade adulta (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p.153-154).

O método TEACCH tem como objetivo auxiliar o aluno, por meio de quadros, painéis ou agendas, expostos em lugares visíveis, ao alcance do aluno. Mello (2007, p. 36) ressaltar que:

[...] Através da organização do ambiente e das tarefas da criança, o TEACCH visa desenvolver a independência da criança de modo que ela necessite do professor para o aprendizado, mas que possa também passar grande parte de seu tempo ocupando-se de forma independente [...].

Assim como o TEACCH existe outro método que auxilia o aluno com NEE, o ABA (Análise aplicada do comportamento) que tem como objetivo fazer com que a criança se torne mais independente, melhorando a comunicação e interação social. Este método favorece o aprendizado, pois é um método concreto, onde a criança consegue pegar, manusear.

Destacamos ainda o PECS (Sistema de comunicação através da troca de figuras), método utilizado tanto com crianças quanto com adultos. O Método foi desenvolvido com o objetivo de desenvolver habilidades de comunicação.

O sistema é utilizado primeiramente com indivíduos que não se comunicam ou que possuem comunicação mas a utilizam com baixa eficiência. O nome PECS significa “sistema de comunicação através da troca de figuras”, e sua implementação consiste, basicamente, na aplicação de uma sequência de seis passos (MELLO, 2007, p.39).

De acordo com autores, este método auxilia as crianças que apresentam dificuldades na sala, facilitando a comunicação, deste modo, a criança ganha mais autonomia, pois consegue expressar o seu desejo. Um simples olhar para algo, tratando de pessoas que não possuem o transtorno, leva cerca de segundos, já para o autista por conta da sua dificuldade de interação, a fala se torna muito difícil. Esses métodos citados auxiliam as crianças a se comunicarem e se tornarem mais independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo abordamos o papel da família na escolarização da criança com TEA, buscando compreender como se relacionam e como família e escola

vivenciam o desenvolvimento escolar da criança. Partindo do exposto, podemos afirmar que o estudo realizado contribuiu para uma maior compreensão sobre a temática, sobre as práticas pedagógicas que podem auxiliar o professor em sala e sobre a participação da família na escolarização do aluno que apresenta tal transtorno.

Compreendemos que ainda persiste muito desconhecimento a respeito do TEA o que faz com que haja dificuldade em perceber e compreender as condutas específicas e o mundo da criança com TEA. Compreendemos ainda que a ignorância sobre o assunto produz estereótipos, alimenta preconceitos e gera incompreensão. Entendemos que para que as pessoas consigam lidar com essas características tão peculiares, precisam de conhecimento sobre a causa, características e dificuldades que a pessoa com TEA apresenta e/ou enfrenta.

As instituições de ensino precisam caminhar junto com a família, quando a criança com TEA entra na escola. Conforme Schmidt (2013) gerar inclusão é fazer com que haja mudança de postura e de olhar em relação à diferença, o que provoca quebra de paradigmas educacionais e reformulações nos sistemas de ensino. Nesse sentido, destacamos algumas práticas pedagógicas que podem auxiliar em sala de aula, entendendo que o processo de inclusão é fato e algo cada vez mais presente no dia a dia de um professor. E acrescentamos que, conforme demonstra a literatura estudada, quando a família participa da comunidade escolar, o desenvolvimento da criança é diferenciado, uma vez que sua participação influencia o desenvolvimento do aluno.

Por fim estão em processo de construção novos métodos de ensino que auxiliaram os alunos e professores no processo de aprendizagem e desenvolvimento. Finalizamos destacando que o estudo contribuiu com nossa formação ajudando a compreender a relação entre escola e família e como essa parceria é importante para o desenvolvimento escolar do aluno com TEA.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** - DSM-V. 4ª ed. rev. Porto Alegre, Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos Mentais** - DSM-V. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

BIASÃO, M.C.R. Transtorno do espectro autista (TEA). In: MORI, N.R; CEREZUELA, C. **Transtornos globais do desenvolvimento e inclusão**: Aspectos Históricos, Clínicos e Educacionais. Maringá: Eduem, 2014. P. 115 - 130.

BRASIL. **Lei nº 12.764**. Brasília/DF, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacaoinclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em 26 de outubro de 2019.

CAMPBELL, S. I. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2009.

COLTRO, A. C. M. **O direito de família após a constituição federal de 1988**. São Paulo: C. Bastos: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 2000.

CRUZ, C. M. P. Integração escolar do aluno com cegueira: da intenção à ação. 2002. 182 f. **Dissertação (Mestrado)** - Centro de Referência Latinoamericano para La Educación Especial. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2002.

CUNHA, E. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo**: a prática pedagógica intermediada na sala de aula. RJ: Wak Editora, 2014.

FRANZIN, S. O diagnóstico e a medicalização. In: MORI, N.R; CEREZUELA, C. **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão**: aspectos históricos, clínicos e educacionais. Maringá: Eduem, 2014. p. 63 - 92.

GÓMEZ, A.M.S; TERÁN, N. **Transtornos de Aprendizagem e Autismo**: Manual de orientação para pais e professores. Valencia/Portugal: Abacu, 2014.

Instituto Federal da Paraíba (IFP). Cartilha Institucional. **Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista**. Paraíba, 2017. p.5. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/static/files/cartilha_espectro_autista.pdf> Acesso em: 20 nov. 2019.

KAJIHARA, O.T. Setenta anos de pesquisa sobre o autismo. In: MORI, N.R; CEREZUELA, C. **Transtornos globais do desenvolvimento e inclusão**: Aspectos Históricos, Clínicos e Educacionais. Maringá: Eduem, 2014. p. 21 - 36.

LOPES, R. P. V.; MARQUEZAN, R. O Envolvimento da Família no Processo de Integração/Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria/RS, 2000.

MELLO, A. M. S. R., **Autismo: guia prático**. 7ª ed. São Paulo: AMA, Brasília: CORDE, 2007.

NUNES, D. R. de P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, v. 26, n. 47, 2014. Disponível em. Acesso em 15 de Nov.2019.

RIESGO, R. Neuropediatria, autismo e educação. In: SCHMIDT, C. (org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 2013. p. 43-60.

RODRIGUES, Davi. Educação inclusiva as boas notícias e as más notícias. In: SCHMIDT, C. (org.). **Perspectivas sobre a inclusão: da educação a sociedade**. Porto/Portugal: Porto, 2002.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas/SP: Papyrus, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo Singular: entenda o Autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, N.L.P.; DESSEN, M.A. Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 17, n. 2, pp. 133-141, 2001. Acesso 26 de outubro de 2019.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca/Espanha, 1994.